

BID anuncia novos financiamentos

Livia Ferrari
do Rio

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) vai aprovar até o final deste ano empréstimo de US\$ 1 bilhão para o programa Bolsa Família do governo federal. Também neste ano, o BID deverá aprovar financiamento de US\$ 1 bilhão ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para empréstimos a micro e pequenas empresas.

Os recursos serão liberados nos próximos três anos, com prazo de pagamento de até 25 anos. A informação foi dada ontem pelo gerente de operações do BID, Ricardo Santiago, que participou dos trabalhos do Mini-Fórum Nacional, realizado pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae).

Segundo o especialista da instituição financeira internacional, o organismo multilateral também estuda a criação de linha de crédito em moeda local (em reais) destinada aos "governos sub-nacionais" (governos estaduais e prefeituras), que enfrentam dificuldades de endividamento externo. Santia-

go não deu detalhes da futura e inédita linha de crédito, ainda em fase de formatação.

Sob o tema "Cinco Décadas de Questão Social no Brasil: 1950/2000", o Mini-Fórum Nacional, presidido pelo ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso, traçou um paralelo entre crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e redução de pobreza.

Pobreza recua da década de 70

"A década de 1970, com o PIB brasileiro crescendo a taxas de 8% ao ano, permitiu enorme redução da pobreza no país", disse a coordenadora de projetos do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Sonia Rocha. Segundo ela, a pobreza hoje no Brasil está vinculada principalmente à desigualdade social, daí a necessidade, segundo ela, de mecanismos e de políticas de transferência de renda.

A economista do Ibre observa que, entre 1970 e 2000, a proporção de pobres na área rural do país caiu de 51,5% para 14,7%.

Em compensação, houve empo-

brecimento relativo nas áreas metropolitanas do Brasil. Num outro corte das estatísticas, tomando como análise o período 1981/2001, Sonia Rocha observa aumento da pobreza infantil e queda da pobreza na faixa da população mais velha (acima de 60 anos).

A diretora de projetos especiais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a socióloga Amélia Cohn, defendeu a necessidade de ênfase das políticas sociais do governo à dimensão política de cidadania, de forma a evitar ou a reduzir a dependência do pobre em relação ao Estado, numa lógica de emancipação e de soberania.

Já o chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Neri, disse acreditar ser necessária a criação de um indicador de metas, que permita desenvolver relação estreita entre orçamento de gastos sociais e desempenho social.

Dessa forma, os recursos federais para a área social seriam destinados de acordo com o cumprimento de metas, tendo como base a busca de maiores retornos sociais.